

BRASIL, ANOS 70: mercado editorial e literatura ficcional brasileira

Brazil, the 70's: editorial market
and Brazilian fictional literature

Sandra Reimão

* Professora da Pós-Graduação em Comunicação Social do IMS, e pesquisadora-bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Resumo

Este estudo visa caracterizar o comportamento do mercado editorial brasileiro no decorrer dos anos 70, enfocando especialmente as variações temáticas da literatura ficcional dos autores nacionais mais vendidos no período.

Palavras-chaves: anos 70, livros, leituras.

Abstract

This paper intends to review the Brazilian editorial production in the 70's. It focuses, especialy, the variations in terms of subject of the best selling Brazilian ficcional writers.

Key words: the 60's and the 70's, books, readings.

I

Brasil 1970/1973: sob a presidência do general Emílio Garrastazu Médici, empossado em 1969, o país vive o “milagre brasileiro”, o clima do Brasil “grande potência”, a política do “desenvolvimento acelerado” — “uma década em um ano”. A classe média passa a ter acesso a eletrodomésticos, a comprar em supermercados e *shopping centers*, aos quais vai de carro próprio. À noite assiste-se TV — 80% dos lares urbanos possuem o aparelho. A Rede Globo instaura a sua hegemonia. O “Jornal Nacional”, com duração de 15 minutos, exibido por esta rede, integra o país com seus altos índices de audiência e sua visão harmônica do país concatenada ao espírito “Brasil Grande”.¹

“O santo que produziu o milagre é conhecido (...): a brutal concentração da riqueza elevou, ao paroxismo, a capacidade de consumo de bens duráveis de uma parte da população, enquanto a maioria ficou no ora-veja. Forçar a acumulação de capital através da drenagem de renda das classes subalternas não é novidade nenhuma. Novidade é o grau, nunca ousado antes, de transferência de renda de baixo para cima”, afirmam, em 1975, Chico Buarque e Paulo Pontes.² Mas, no início dos anos 70, a classe média não ouvia falar desta contraface de sua felicidade.

Os primeiros anos da década de 70 inserem-se em um período que foi chamado por Luiz Carlos Bresser Pereira de “segundo ciclo industrial no Brasil”.³ Nesse período o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa anual de 11,3% e o produto industrial a 12,7% — taxas que eram de 3,2% e 2,6%, respectivamente, de 1963 a 1967 e que sobem a 5,4% entre 1974 e 1981. Em 1974, por vários fatores internos vinculados aos equívocos do processo de expansão, e tendo como fator exógeno o primeiro choque do petróleo, tem início um processo de desaceleração econômica que culminará com a recessão de 1981.

Tabela 1: Livros e folhetos publicados nos anos 70

Ano	População do Brasil	Tiragem total dos livros publicados	Livros por hab/ano
1971	95.993.000	80.199.477	0,8
1972	98.690.000	136.026.164	1,3
1973	101.432.000	136.041.916	1,3
1974	104.243.000	144.781.000	1,3
1975	107.145.000	137.891.000	1,2
1976	110.123.000	147.241.000	1,2
1977	113.208.000	164.866.000	1,3
1978	116.393.000	186.750.000	1,6
1979	119.670.000	222.687.000	1,8

Ano	Tiragem total dos livros e folhetos ² publicados	Relação livros e folhetos publicados por hab/ano
1971	144.444.988	1,5
1972	161.744.673	1,6
1973	213.130.000	2,1
1974	226.015.000	2,1
1975	180.349.000	1,6
1976	222.307.000	2,0
1977	275.300.000	2,4
1978	319.336.000	2,7
1979	378.488.000	3,1

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil, Fundação IBGE

1. livro: *publicação não periódica impressa com um mínimo de 49 páginas sem contar as capas*.

2. folheto: *publicação impressa não-periódica que tenha de 5 a 48 páginas sem contar as capas*. Ver: **Manual de Instruções ECO 7 - Bibliotecas Universitárias e Especializadas**, Fundação IBGE/MEC/Secretaria Geral.

Não há uma política cultural correlata à fase áurea do “milagre econômico”. Se podemos falar de uma atuação estatal em relação à produção e à veiculação de produtos culturais, essa é a da censura e do expurgo. Da música ao jornal, do cinema à novela de TV, a produção cultural é submetida ao crivo da censura. Pouco daquilo que tem algum cunho crítico ou polêmico ultrapassa este crivo. Não são poucas as histórias das atitudes mal informadas dos censores, assim como das táticas para driblá-los.

Em um suplemento especial de 13/12/78, o jornal *O Estado de S. Paulo* afirma:

Cerca de 500 filmes de longa-metragem, 450 peças teatrais, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de sinopses e capítulos de telenovela foram censurados nos últimos dez anos. Os dados não são exatos pois muitas obras não chegaram a receber o crivo da censura. Simplesmente foram esquecidos e, portanto, não houve divulgação dos números de proibições (...). No caso do cinema não existe apenas a interdição de filmes, mas também cortes e restrições de idade. A televisão e o rádio também sofreram limitações, que atingiram toda a programação (...).

Aqui e ali, algumas obras com posturas mais críticas conseguem chegar até o público, mas suas vozes não eram numerosas e altas o suficiente para encobrir a entonação da marcha “Pra Frente, Brasil” ou o coro do “Eu te amo, meu Brasil”.

II

Brasil 1972: segundo os dados do IBGE, nesse ano ultrapassa-se a barreira de um livro por habitante ao ano. A população então é de 98 milhões de habitantes e produzem-se 136 milhões de livros. Editou-se, em 1972, 1,3 livro por habitante, contra os 0,8 do ano anterior. Com algumas distorções, essa proporção manter-se-á crescente durante a década, atingindo o índice de 1,8 em 1979 (ver tabela 1).

Que fios vinculam o momento referido e o crescimento do mercado editorial? Como se comportou o mercado editorial brasileiro no decorrer dos anos 70?

III

Para esboçar possíveis hipóteses acerca dos fatos acima mencionados, é preciso, em primeiro lugar, nuançar a questão, não abordando a década de 70, do ponto de vista cultural, de maneira monolítica, mas sim subdividindo-a em pelo menos dois grandes momentos: um primeiro, até 1974, que se caracteriza pela ausência de uma política cultural e pela atitude da supressão, repressão e expurgo; e um segundo momento, a partir de 1975, marcado pela Política Nacional de Cultura (PNC), formulada por Ney Braga e pelo Conselho Federal de Educação.

Com o PNC, o Estado autoritário busca centralizar e exercer um “mecenato” em relação à produção cultural e artística através de prêmios, incentivos e financiamentos.

Centralização baseada em quê? Na necessidade de “revalidação do patrimônio histórico e científico brasileiro”, com o intuito de “conservar o símbolo de nossa história” (...) Não é isento o incentivo estatal à cultura. Mecenas interessado o governo militar chama para si a função de julgar as novidades que interessam ou não, o que é excessivo, apontar os “males”, estimular o que julga de “qualidade”.⁴

Às fórmulas do expurgo, o PNC faz somar as de um mecenato dirigido, concatenado com o projeto de distensão política do governo Geisel (1974-1978).

Entre esses dois momentos, encontra-se a crise do “milagre brasileiro”, que embalava os sonhos de boa parte da classe média. E com essa crise, “toda uma série de redefinições e remanejamentos começam a ser operados na vida política e cultural”. Essas redefinições e esses remanejamentos culminam na formulação do PNC.

Em ritmo “lento, gradual e seguro”, o Estado passa a gerir, sob o governo Geisel, a crise que se anuncia na vida brasileira (...) o governo Geisel prepara-se para a “transição” reservando um lugar importante para a produção intelectual e artística.⁵

Esses dois grandes momentos da política estatal em relação à vida cultural nos anos 70 podem e devem ser nuançados e subdivididos em muitos outros, que variarão conforme o meio de comunicação envolvido (TV, rádio, jornal, revista, livro, cinema) e, mesmo centrando-se em um único meio, a ação da censura variará grandemente de intensidade e estratégia, desnudando, em alguns casos, na atuação “de varejo”, a falta de critérios dos censores.

Um terceiro momento político-cultural merece ainda ser destacado no interior dos anos 70 no Brasil. O substrato maior desse terceiro momento não está em uma nova posição estatal frente à cultura e à arte, mas sim em uma vigorosa rearticulação da sociedade civil em fins dos anos 70 — trata-se da entrada em cena do sindicalismo do ABC e da liderança de Luis Inácio Lula da Silva. No primeiro semestre de 1979 há uma greve de 160 mil metalúrgicos no ABC. Fato semelhante e em maior escala ocorre também em abril de 1980, agora já posteriormente à aprovação do manifesto de criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 10/02/80.

Voltemos à nossa questão central: em 1972, o mercado editorial brasileiro ultrapassa a marca de um livro por habitante/ano. Essa marca, com oscilações, será ascendente no decorrer da década de 70.

Para abordar esses dados em seu aspecto quantitativo é preciso, em primeiro lugar, levar em conta dois indicadores básicos: 1) a queda da taxa do analfabetismo de 39% para 29% entre os anos de 1970 e 1980, tomando-se por referência o total da população com mais de cinco anos, e 2) o crescimento do número de estudantes universitários de 100 mil para quase 1 milhão no mesmo período.

O crescimento do número de universitários foi alicerçado basicamente nas instituições privadas de ensino de terceiro grau. O Estado autoritário transferiu ao mercado e ao capital privado a tarefa da expansão do ensino superior (e deixou também a eles parte do ensino de primeiro e segundo graus).

Quanto à diminuição das taxas de analfabetismo, elas foram, em parte, resultado de várias campanhas estatais, civis e eclesiásticas. Incluindo aí, enquanto iniciativa e não tanto enquanto efeitos, o malfadado projeto Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) encerrado em 1975, tendo que responder à uma Comissão Parlamentar de Inquérito que averiguava suas irregularidades.

Correlatamente a esses dados vinculados diretamente ao âmbito educacional/cultural, é preciso mencionar, mais uma vez, o crescimento do Produto Interno Bruto no período de 1967 a 1973, propiciando um crescimento da capacidade de consumo por parcelas da população. Esse crescimento da capacidade de consumo foi também alimentado artificialmente pela instituição do crédito direto ao consumidor. No período áureo do “milagre econômico”, compra-se mais, consome-se mais no país.

Esses indicadores são o cenário sobre o qual se desenrolará uma certa rearticulação da indústria cultural brasileira no panorama pós-68. A comunicação de massa que já estava em andamento, desde 1930, no Brasil, na década de 70 se tornará “solidificada”, “amadurecida” e industrializada.

O crescimento do mercado de produtos culturais se deu em vários campos da comunicação e da indústria cultural no Brasil do início dos anos 70.

Outro dado importante para enfocar o crescimento editorial no Brasil nos anos 70 é a menção de uma lei de 1968 que permitia que vários pontos do comércio varejista (entre eles, farmácias, supermercados e postos de gasolina) atuassem como pontos de venda de livros. Os efeitos dessa lei não foram quantitativamente muito significativos (2,2% do total dos livros comercializados em 1973 o foram nestes pontos; essa porcentagem sobe para 4,4% em 1978 e volta a decair para 2,1% em 1979), mas ela não deixa de ser uma atitude em prol da difusão do livro.

Quantitativamente, mais significativo é o número de vendas de livros em papelarias e bancas de jornal: em 1973, 9,6% do total dos livros comercializados o foram em papelarias e 2,2% em bancas de jornal; em 1979, 6,0% foram distribuídos em papelarias e 20,9% em bancas de jornal.

Quem mais se beneficiou das bancas de jornal como pontos de vendas de livros foi a editora Abril, com suas coleções de livros e de fascículos a serem encadernados. *A Bíblia mais bela do mundo* foi o primeiro empreendimento (1965) da Abril no setor. Para sua distribuição e comercialização, a Abril utilizou uma rede de 18 mil bancas no país que já estava montada em função da distribuição de suas revistas.

A partir daí seguem-se muitas outras coleções, entre as quais a coleção de livros de filosofia *Os Pensadores* (iniciada em 1974) e a de livros de economia *Os Economistas* (iniciada em 1982). As tiragens oscilavam entre 50 mil e 500 mil exemplares. Um claro caso de industrialização profissional da produção e da comercialização editorial.

Mencionado o aspecto quantitativo do crescimento inicial do mercado editorial brasileiro dos anos 70, passemos agora a abordar as mudanças do perfil dos livros mais vendidos em livrarias durante o decorrer da década e busquemos verificar se há vinculações entre esses perfis dominantes e os vários momentos sócio-culturais pelos quais o país passou então.

V

A TV é o meio de comunicação mais influente no Brasil e é em torno dela que gira a indústria cultural. O Estado autoritário teve o seu papel no estabelecimento dessa influência.

O vertiginoso crescimento da TV no País era condição essencial para o sucesso do modelo econômico adotado a partir de 1964. O

Estado jogou alto para que o número de aparelhos de TV se disseminasse pelo Brasil: construiu um moderno sistema de microondas, abriu possibilidade de crédito para a compra de receptores, forneceu a infra-estrutura indispensável para sua expansão. E os objetivos a serem atingidos não eram apenas de ordem ideológica (...). A televisão teve como função a partir de 64 a operação de acelerar o processo de circulação do capital para viabilizar a forma de acumulação monopolista adotada desde então.⁶

Enfocando essa mesma questão, mas centrando-se no período pós-69, Sérgio Mamberti, citando Eugenio Bucci, comenta: “O grande projeto cultural da ditadura foi, sem dúvida alguma, o fortalecimento e a ampliação das redes nacionais de televisão, aliás, muito bem-sucedido”.⁷

É curioso notar que foi só no pós-69, após o início da implantação das redes nacionais de TV, que os intelectuais brasileiros abandonaram uma atitude laudatória em relação à TV e passaram a ser mais céticos em relação a esse meio de comunicação de massa: “A atitude adesiva e até mesmo entusiástica, na década de 60, época áurea das leituras sobre *mass communication*, passou a ser crítica a partir de 70”.⁸

VI

A expansão e o caráter francamente dominante da TV como principal meio de comunicação no Brasil propiciam um determinado segmento do mercado livreiro e nas listas de *best sellers*: o de textos de pessoas de forte presença na TV.

Assim, no ano de 1971, o livro *Milho pra galinha, Mariquinha*, de Marisa Raja Gabaglia, coletânea de 33 contos publicada pela editora Sabiá, vende, em uma semana, 10 mil exemplares só no Rio de Janeiro. Marisa atuava então como jurada do programa de auditório de Flávio Cavalcanti.

Em 1973, Chico Anísio, já então veterano humorista de TV, tem dois livros seus incluídos na lista dos dez livros nacionais mais vendidos do ano: *O Enterro do Anão* (3º) e *É Mentira, Terta?* (6º). Este último livro mantém-se ainda na listagem referente ao ano de 1974 como o 10º livro de autor nacional mais vendido. O autor, em 1974, emplaca outro livro seu como o 5º mais vendido: *A Curva do Calombo*. Em 1975, *Teje Preso*, outro livro de Chico Anísio, é o 5º mais vendido do ano no segmento de autores nacionais.⁹

O impacto da disseminação da TV nos anos 70 teve um efeito nocivo no cinema: a venda de ingressos para sessões cinematográficas decaiu de 2,1 ingressos por habitante ao ano em 1971, para 1,3 em 1980.

VII

A partir de 1974, começa a ficar óbvio que o “milagre brasileiro” não cumprira tudo o que prometera :

74 parece anunciar um quadro marcado pelo crescente agravamento da crise do milagre econômico, a relativa perda de coesão entre as forças que sustentavam o regime, o crescimento da insatisfação popular e a paulatina retomada do debate político.¹⁰

A classe média passa a se interessar mais por questões relacionadas à situação do país em que vive e os produtos culturais voltam a abordar enfaticamente o tema.

Esse interesse por questões do Brasil contemporâneo é simultâneo à formulação, por parte do Estado, do Plano Nacional de Cultura. “A intervenção estatal nos sugere o reconhecimento de uma crescente tendência à articulação institucional da produção cultural no Brasil”.¹¹ A conquista do mercado é tema sempre presente tanto da parte do Estado quanto dos produtores culturais.

Essa retomada das questões nacionais vai produzir toda uma literatura politizada e engajada. Abordando essa produção literária engajada dos anos 70, Heloisa Buarque de Holanda a divide em três tipos: 1) romances políticos — que se propõem a “contar a história, testemunhar, colar-se ao real imediato”;¹² 2) memórias, relatos testemunhais; 3) o que se poderia chamar “literatura de sintoma” — aquela que flagra o sentimento de opressão e angústia característico da intelectualidade e dos artistas naquele momento.

Desses três tipos de literatura engajada, o primeiro deles, denominado aqui “romance político”, é o que aparecerá, nos anos 70, nas listas dos mais vendidos.

Podemos incluir neste tópico: *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo (o livro de autor nacional mais vendido no ano de 1973); *Solo de Clarineta*, também de Érico Veríssimo (o livro de autor nacional mais vendido no ano de 1974 e o 9º em 1975); *Calabar*, de Chico Buarque de Holanda (o 4º de 1974); *Fazenda Modelo*, também de Chico Buarque de Holanda (o livro de autor nacional mais vendido em 1975); e a peça teatral *Gota d'Água*, também

de Chico Buarque de Holanda, em parceria com Paulo Pontes, livro que foi o mais vendido texto de ficção do ano de 1976.

É preciso notar que a expansão dessa literatura explicitamente vinculada à história recente do país, abertamente engajada, de caráter às vezes até jornalístico, nos anos 70, extrapola em suas causas o momento brasileiro de então:

A fragmentação, o fundamento do alegórico, não está na singularidade do destino brasileiro do momento. Ela está na amplitude da história do capital e na impossibilidade da gente dizer, num determinado momento, a totalidade. Isso é que determina o alegórico, não é a simples situação imediata do governo autoritário de tal a tal ano. A alegoria é anterior aos anos de repressão, a forma alegórica é anterior.¹³

VIII

Ao lado dos romances políticos e dos textos atrelados ao *star system* televisivo, conviviam, em meados dos anos 70, nas listas dos livros mais vendidos, primeiramente, uma literatura brasileira não diretamente engajada e de feitura literária bastante complexa e elaborada, como as memórias de Pedro Nava — *Baú de Ossos* (3º no segmento de autores nacionais no ano de 1973), *Balão Cativo* (6º no mesmo segmento em 1974) e *Chão de Ferro* (4º livro mais vendido no ano de 1976 no segmento ficção); *Água Viva*, de Clarice Lispector (8º no segmento de autores nacionais, 1973); *Avalovara*, de Osman Lins (3º no mesmo segmento, 1974); *As Meninas*, de Lígia Fagundes Telles (5º idem, 1975) e *Dora Doralina*, de Raquel de Queirós (6º idem, 1975).

Autores já consagrados em termos de vendas mantiveram-se nos anos 70: Jorge Amado tem seu *Tereza Batista* como o livro de autor nacional mais vendido em 1973 e 7º lugar no ano seguinte; o mesmo autor tem seu *Tieta do Agreste* como o 3º livro de ficção mais vendido no país no ano de 1977. José Mauro de Vasconcelos reaparece em meados dos anos 70 com *O Veleiro de Cristal* (1º no segmento de autor nacional, 1973) e *Vamos aquecer o Sol* (8º no mesmo segmento, 1974).

Quanto à literatura de autor não-brasileiro, aparecem nas listas de mais vendidos principalmente representantes de uma ficção norte-americana *mass cult*, como *O Exorcista* (1º no segmento autor estrangeiro em 1973 e 1974 e 9º em 1975), *Tubarões* (2º em

1975), além de Arthur Hailey, Morris West, J. Sussan (*Uma vez só é pouco*) e R. Bach (*Fernão Capelo Gaivota*). Mais para o final dos anos 70 teremos o *boom* do “realismo fantástico” latino-americano: *O Outono do Patriarca*, de G. G. Marques (2º do ano no segmento ficção, 1976), *Conversa na Catedral*, de M. Vargas Llosa (1º no mesmo segmento, 1978) e *Tia Julia e o Escrevinhador*, do mesmo autor (2º no mesmo segmento, mesmo ano).

A convivência nas listagens anuais de livros mais vendidos, em meados dos anos 70, de produções culturais tão díspares — textos atrelados ao *star system* televisivo, romances políticos, literatura nacional formalmente inventiva e de difícil fruição, literatura de massa e de gosto médio de autores nacionais consagrados, tudo isso ao lado de narrativas de massa de autores norte-americanos e ao *boom* do “realismo fantástico” latino-americano — essa coabitação disparatada, deu-se porque o crescimento do mercado e sua solidificação conduziu à sua maior segmentação.

IX

Os ventos democratizantes que sopraram nesse país em 1978/79 com o surgimento de um sindicalismo forte e do processo de abertura que veio a se consolidar com a lei da Anistia (agosto 79), teve seus reflexos muito mais (em termos temáticos no mercado editorial) no setor de não-ficção do que no segmento literatura ficcional.

Os livros mais vendidos no ano de 1978 no segmento não-ficção foram: 1) *As Veias Abertas da América Latina*, Eduardo Galeano, 2) *A Ditadura dos Cartéis*, Kurt Mirow, 3) *O Governo de João Goulart*, Moniz Bandeira, 4) *Depoimento*, Carlos Lacerda, 5) *Cuba de Fidel*, J. L. Brandão, 6) *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, J. W. Foster Dulles, 7) *O Relatório Hite*, Shere Hite, 8) *Lições de Liberdade*, Sobral Pinto, 9) *Os Militares no Poder II*, Carlos Castello Branco e 10) *Bagaço de Beira Estrada*, Mário Lago. Salta à vista, nessa listagem, a preocupação com o levantamento da história e a interpretação de fatos referentes ao Brasil recente.

Essa preocupação com os destinos do país e o resgate da memória de sua história recente no segmento não-ficção convive, no segmento literatura de ficção, com títulos em que dominam a presença de autores não-brasileiros e temário não-vinculado à realidade circundante imediata, como, por exemplo, *Ilusões*, de

Richard Bach, e *Encontro no Nevoeiro*, de J. M. Simmel. Essa disparidade entre esses dois segmentos do mercado editorial levou a revista *Veja* (27/12/78, pág. 75) ao seguinte comentário: “Já se disse, aliás, que o leitor deste país diverte-se em inglês e preocupa-se em português”.

A tematização das controvérsias e conflitos políticos contemporâneos, dominante em 1978 no segmento não-ficção, é uma tendência já verificável desde 1974. Em 1974, *Agosto 1914*, de A. Soljenítsin, foi o 3º livro de autor estrangeiro mais vendido; do mesmo autor, no mesmo segmento, *Arquipélago Gulag* foi o 4º mais vendido de 1975. Em 1976, no segmento não-ficção, temos dois textos que enfocam mais precisamente a política nacional : *Os Militares e a Política*, de Alfred Stepan (5º) e *O Governo Kubitschek*, de M. V. M. Benevides (6º). Em 1977, o grande *best-seller* no segmento não-ficção foi *A Ilha*, de Fernando Morais, relato das observações do então jornalista em torno de sua viagem a Cuba.

Será em uma zona de intersecção entre o chamado segmento ficcional e o não-ficcional que, em 1979, teremos o grande *best-seller* que tematizará as memórias do ex-militante político e ex-exilado Fernando Gabeira, *O que é isso companheiro?* Gabeira reacenderá com esse texto (80 mil exemplares vendidos só em 1979) um filão que se desenvolverá mais na primeira metade dos anos 80.

(Essa explosão na temática nacional no segmento de não-ficção me parece ter sido um grande motivo para que a revista *Veja* alterasse sua forma de contagem anual de livros mais vendidos. Essa publicação segmentou essa contagem em autores nacionais e autores estrangeiros referentes aos anos de 1973, 74 e 75 e em ficção e não-ficção nas listagens referentes aos anos de 1976, 77 e 78.)¹⁴

X

Retomando: vimos que a queda nas taxas de analfabetismo, o crescimento do número de estudantes universitários, a industrialização da produção e da comercialização editorial, inclusive em bancas de jornal, e o crescimento do PIB, fatos esses correlatos ao “milagre econômico”, são dados importantes na abordagem do crescimento do mercado editorial no início dos anos 70.

A seguir, no item II, passamos a enfocar variações do perfil dos livros mais vendidos em livrarias, no decorrer dos anos 70.

Vimos que a expansão da comunicação de massa que se solidificou no Brasil nos anos 70, centrada basicamente na TV, foi o substrato de um determinado segmento do mercado editorial — a literatura atrelada ao *star system* televisivo.

A falência do “milagre econômico” e a consciência dos altos custos humanos e sociais que o país tinha pago por ele, assim como inquietação sobre os rumos do futuro, vimos, incrementaram a vendagem de uma certa literatura ficcional de temática política em meados dos anos 70. Essas preocupações, após a Abertura e a Anistia, incrementaram as vendas dessa temática no segmento não-ficcional.

A segmentação de uma produção cultural voltada para o mercado, este também cada vez mais segmentado, vimos, impede que se possa identificar um padrão único no mercado editorial brasileiro. Encontramos aqui um mosaico complexo de temáticas e de níveis de complexidade textual bastante indiciadores desta segmentação.

XI

Industrialização da produção cultural — foi esse o termo com que mais nos deparamos ao tentar entender e descrever o mercado editorial brasileiro nos anos 70, seu desempenho em vendas e a literatura brasileira aí presente. O fato de enfocar a década de 70 como os anos em que a indústria cultural, a produção cultural massificada,¹⁵ se solidificaram no Brasil, não implica que aceitamos uma visão global dos anos 70 como sendo a de um “vazio cultural”. Nossa ênfase aqui, pela própria especificidade do tema abordado — mercado editorial — foi no aspecto quantitativo da produção cultural do período e nas variações do perfil aí dominante, o que não implica afirmar que, sem ter atingido quantitativamente de forma significativa o mercado, não tenha existido nesta época produção cultural de qualidade e elaboração¹⁶ que passasse por outros caminhos e rumos que não o da crescente massificação da cultura.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Os dados históricos foram extraídos principalmente de: 1) *Anuários estatísticos do Brasil e censos demográficos*, IBGE; 2) “Suplemento

- Especial AI-5", jornal *O Estado de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1978;
- 3) *Memória fotográfica do Brasil no século XX*, série *Nosso Século*, vol. V — 1960/1980 (São Paulo, Abril Cultural, 1980);
- 4) Carlos Eduardo Lins da Silva, *Muito Além do Jardim Botânico* (2ª ed., São Paulo, Summus Editorial, 1985);
- 5) Fernão Ramos (org.), *História do cinema brasileiro* (São Paulo, Art. Editora, 1987);
- 6) Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: sua história* (São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1985);
- 7) Luiz Carlos Bresser Pereira, *Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1983* (14ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1985).
2. Chico Buarque e Paulo Pontes, *Introdução a Gota d'Água* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975), pág. xi.
 3. Luiz Carlos Bresser Pereira, *Op. cit.*, pág. 218 (todo o parágrafo está baseado neste texto).
 4. Flora Sussekind, *Literatura e vida literária* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985), pág. 22.
 5. *Idem, ibidem.*
 6. Carlos Eduardo Lins da Silva, *Op. cit.*, pág. 27.
 7. Sérgio Mamberti, "Comentário" a Muniz Sodré, "Album de família", em *Rede imaginária* (São Paulo, Companhia das Letras e Secretaria Municipal de Cultura, 1991), pág. 230.
 8. Alfredo Bosi, "Cultura brasileira", em D. Trigueiro Mendes (coord.) *Filosofia da educação brasileira* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985).
 9. Todos os dados sobre ranking de best-sellers foram extraídos das listas anuais (de 73 a 78) da revista *Veja*. A listagem referente a 1973 foi publicada na *Veja* de 02/01/74; a de 1974 em 08/01/75; a de 1975 em 31/12/75; a de 1976 em 29/12/76; a de 1977 em 04/01/78 e a de 1978 em 27/12/78.
 10. Heloísa Buarque de Holanda e Marcos A. Gonçalves, "Política e literatura: a ficção da realidade brasileira", em Armando Freitas Filho (org.), *Anos 70. Literatura* (Rio de Janeiro, Ed. Europa, 1980), pág. 31.
 11. *Idem*, pág. 37
 12. *Idem*, pág. 13
 13. Davi Arigucci Jr., "Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente", em *Achados e perdidos* (São Paulo, Polis, 1979), pág. 95.
 14. Maria Helena O. O. Assumpção tem outra hipótese para o fato. Cf. Maria Helena O. O. Assumpção, *O romance brasileiro contemporâneo enquanto produto editorial* (São Paulo, Comunicação Jornalística e Empresarial, Série Pesquisa/2, IPCJE/ECA/USP, 1987). Segundo a autora havia um certo paternalismo em relação à literatura brasileira e o crescimento deste segmento tornou dispensável a antiga separação.
 15. Lembremos que a oposição à cultura de massa, para a grande maioria da população brasileira, não é a cultura erudita, mas sim a cultura rústica. Cf. Sérgio Miceli, *A noite da madrinha* (São Paulo, Perspectiva, 1982), conclusões.

16. Como exemplos de levantamento e análise de produções culturais dos anos 70 que passaram ao longo da industrialização cultural, ver, entre outros, para a poesia marginal, Carlos Alberto Messeder Perreira, *Retrato de época: poesia marginal dos anos 70* (Rio de Janeiro, Funarte, 1981); e, para a imprensa alternativa, Bernardo Kucinski, *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (São Paulo, Scritta Editorial, 1991).